

TRT15 - Rumo aos 200 anos

Cotidianamente, mesmo porque passávamos mais do nosso tempo acordados, um com o outro e bem mais do que na sempre agradável companhia dos nossos familiares, fomos nos acostumando a receber e a indagar acerca das ideias um do outro e acerca de quase tudo! Claro, estávamos naqueles dias juntos por, pelo menos, oito horas o que quase sempre, estendia-se para cerca de dez horas de nossos dias! Entre tudo sobre o que conversávamos, após quase dez anos, também divagávamos sobre as coisas da vida e do trabalho – sem percebermos que o nosso trabalho já se transformara em nossas próprias vidas ... Como “servidores” da Justiça do Trabalho, conversávamos, agora no mais das vezes, olhando para o mundo que formara aquele diverso mecanismo de seguro aos trabalhadores contemporâneos, elaborando regras de estado para a sua aplicação e aparelhamento estatal para a devida reprimenda, quando de seu não cumprimento, regularizando assim através de um complexo mecanismo de indenizações, aquelas relações eventualmente aviltadas! Vivíamos naquele 2026, num Estado Moderno, todos estavam ou se encontravam protegidos pelo direito, inclusive sendo vedada toda a forma de discriminação! Mas nem sempre fora assim ... Em meados de 1874, na cidade Imperial de São Paulo, dois amigos conversavam no Fórum de São Paulo, quando um cidadão abolicionista convicto, adentra o gabinete do senhor juiz, pretendendo ingressar com uma ação para “alforria” duma negra “a rogo da suplicante que não sabe escrever”. Alegava que a negra havia ajustado o pagamento da sua “alforria” em cinco prestações anuais de 40.000 réis, que perfaziam 200.000 réis ao cabo de cinco anos! Pois bem, ao cabo do tempo aprazado, o senhor Capitão, recusava-se à libertação da escravizada! Alegava não ter feito nenhum ajuste nesse sentido, mesmo porque aquela negra era imprescindível às mais diversas coisas que sua senhora, já não mais fazia em casa! O senhor Capitão era uma potestade, fazendeiro de café e destacado membro do Senado da Câmara em São Paulo! O senhor Juiz argumentara com o jovem senhor abolicionista: Quer dizer que através de uma “ação de liberdade” o senhor pretende que eu olhe bem no fundo dos olhos do senhor Capitão e lhe diga: O senhor está faltando com a verdade senhor Capitão ... ?! Ou ainda pretende que, ao depois,

eu escreva isso num papel e assine o meu nome logo abaixo?! Ora senhor ... !? Arrumas 200.000 réis, entra com uma “ação de liberdade” normalmente e eu verei o que podemos fazer ... Dada a notícia daquela demanda da negra escravizada ao senhor Capitão, este argumentou que aquele valor era absurdo, porquanto havia comprado aquela negra, pelas suas excelentes qualidades dentro da casa, no fogão e em todo o lar, pela quantia de 1 conto de réis (1:000\$000) ... Tratava-se, dessarte, do quíntuplo daquele valor que lhe parecia “bastante irrisório” ... Ante a grande divergência de valores, sua excelência determinou a “avaliação” da escravizada, por dois doutores da Cidade Imperial de São Paulo (ambos abolicionistas), que entregaram laudos ao juízo. Um apontando o preço da escravizada em 320.000 réis e o outro, apontou-o em 200.000 réis – depreciação decorrente do exaurimento físico pelo trabalho exigido por mais de dez anos, na residência do senhor Capitão, sendo que não obstante o senhor Capitão pudesse ter pago aquele preço pela negra, isto ocorrera já há mais de dez anos! Como o senhor Capitão apenas recusara-se à “venda” da escravizada por aquela quantia, apenas alegando que a mesma “valia muito mais” ... e nada dissera acerca da negociação já entabulada entre ambos e já quitada, sua excelência concedeu a “alforria” à negra, aduzindo que o valor já fora pago, de forma coartada ao longo dos últimos cinco anos! A escravizada, profundamente emocionada, ao ouvir aquela notícia da fala do jovem senhor abolicionista, aduziu entre lágrimas: O senhor não é somente um abolicionista meu senhor, “voismicê” é um verdadeiro anjo! Passados esses eventos, aproximadamente três séculos, dois amigos conversavam acerca de suas impressões sobre os contrastes entre o moderno mundo em que viviam e as atribuições de cada um. O moderno mundo encontrava-se completamente “envenenado” pela imbecilidade humana – ou pela grande maioria dos seres humanos – fruto da imensa ignorância com que durante décadas vinham enfrentando os valores e as necessidades do planeta Terra! Os amigos não mais trabalhavam juntos – Sim, agora trabalhavam cada qual em suas casas – porquanto proibida toda a população de sair às ruas, a não ser em casos de urgência extrema ... Todos, mesmo que dentro de suas casas, já há mais de dez anos, utilizavam-se de máscaras e roupas com filtros especiais, numa grandiosa evolução, roupas muito parecidas com aqueles uniformes que somente militares e bombeiros utilizavam antigamente! Hodiernamente, a Terra em quase toda a sua extensão, encontrava-se

envenenada pelo uso indiscriminado de agrotóxicos, por décadas e décadas ... Aqueles dois grandes amigos, agora denominados de “agentes-cientistas” da Justiça do Trabalho – Sim, a Justiça do Trabalho agora, sobrevivera às gananciosas investidas dos poderosos de todos os tempos e nesse mundo, respondia como o mais importante órgão do Estado Moderno – Há muitos anos, substituíra a Organização das Nações Unidas – ONU, como órgão mundial na proteção dos trabalhadores, sempre necessária para substituir antigas práticas no trabalho, visavam “orientar” os trabalhadores do passado, sim, através de “computadores-indutores” especiais, aos quais somente os “agentes-cientistas” da Justiça do Trabalho tinham acesso e nos quais poderiam – baseados em altos estudos adrede intensamente discutidos pelo alto Conselho de sábios da Suprema Corte (e quando a tanto autorizados), “tentavam” influenciar no destino do futuro da humanidade, através de interferência direta no passado! Naquele exato momento, aqueles bons amigos deduzindo que a negra em questão, encontrava-se muito próxima de ver-se assassinada a mando do senhor Capitão, deliberaram que o jovem Oficial Superior da Justiça do Trabalho, seria enviado como um “anjo” abolicionista – Sim, as viagens interestelares eram comuns no ano de 2.186 (ano em que comemorava-se o duocentenário do Tribunal ao qual pertenciam), mas as viagens no tempo pretérito, eram mais raras e mais complicadas, necessitando de especificidades objetivas, como a influência nos atos futuros, que necessitavam de profundos estudos ... O Oficial, sempre voluntário, seria enviado àquele passado longínquo para libertar a negra escravizada das garras assassinas do senhor Capitão! Aqueles amigos, como não havia ainda certeza dos resultados buscados (apenas havia a certeza de uma intercessão poderosa), na maioria das vezes, dirigida à u’a pessoa que não tivesse quaisquer possibilidades de alcançar seu desiderato sem a presença de um “anjo” em seu auxílio o que era constantemente “rogado” a um Ser Superior! Nesses momentos – ao final de suas conversas a respeito daquela missão – o amigo “agente-cientista”, jamais deixava de perder de vista – antes do tele-transporte – seu amigo de anos – dirigindo-lhe naqueles momentos, u’a frase lapidar em todos os tempos dos homens – “Nada tema, Deus proverá”!

Arapuã Nascimento
Servidor público federal